

TURBULÊNCIA

- Economia -

Brasil tem chances de superar crise

Economista Paul Krugman avalia que estabilidade dá ao país vantagens sobre outros

Ana Cecília Americano

"Os Estados Unidos terão nos próximos dois anos um cenário de recessão leve e a possibilidade de a crise financeira perder o controle é de apenas 10%. O Brasil é um emergente diferente da China e Índia: não tem sua moeda atrelada ao dólar, tem taxas de juros flutuantes e é um grande exportador de commodities, o que o habilita a enfrentar o cenário atual com melhores condições. Na prática, é um país de sorte, pois está do lado das economias que estão ganhando com o cenário de crise internacional". Essas são algumas opiniões de Paul Krugman, economista norte-americano, colunista do *The New York Times* e professor de economia da Universidade de Princeton – proferidas ontem em uma palestra no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre a crise financeira internacional e o papel do Brasil nesse contexto.

Segundo Krugman, tudo o que poderia dar errado em economia deu de uma só vez. São, segundo o professor, várias as crises em curso: choque de preços de petróleo, a exemplo do início dos anos 70; crise financeira no mercado norte-americano, similar ao que aconteceu na América Latina nos anos 80 e, depois, nos anos 90 no Leste da Ásia;

e crise no câmbio, destruindo o que chama de segundo acordo de Bretton Woods, quando diversos países emergentes atrelaram informalmente suas moedas ao dólar.

Para ele, um ponto que certamente está relacionado às várias crises em curso foi o fato de, ao final da década 90, diversos países emergentes adotarem o dólar como referência para suas moedas.

– Sem qualquer liderança ou tratados formais, os Estados Uni-

Para o colunista do 'New York Times', Brasil ganha com instabilidade internacional

dos mais uma vez na história se tornaram o centro de boa parte do sistema monetário mundial – avalia o economista.

A partir de 2000, países asiáticos, e em particular a China, passaram a acumular superávits expressivos, os quais foram aplicados em ativos imobiliários nos Estados Unidos. Esse imenso fluxo de capitais distorceu os preços do sistema imobiliário americano, levando imóveis a uma sobrevalorização, uma média de 70% no país.

– Esses preços eram economicamente injustificáveis e a bolha estouraria em certo ponto – conta.

Segundo o professor, com a explosão da crise e a desvalorização dramática dos imóveis, estima-se que os prejuízos somem US\$ 8 trilhões, com implicações diversas sobre o restante da economia norte-americana e mundial.

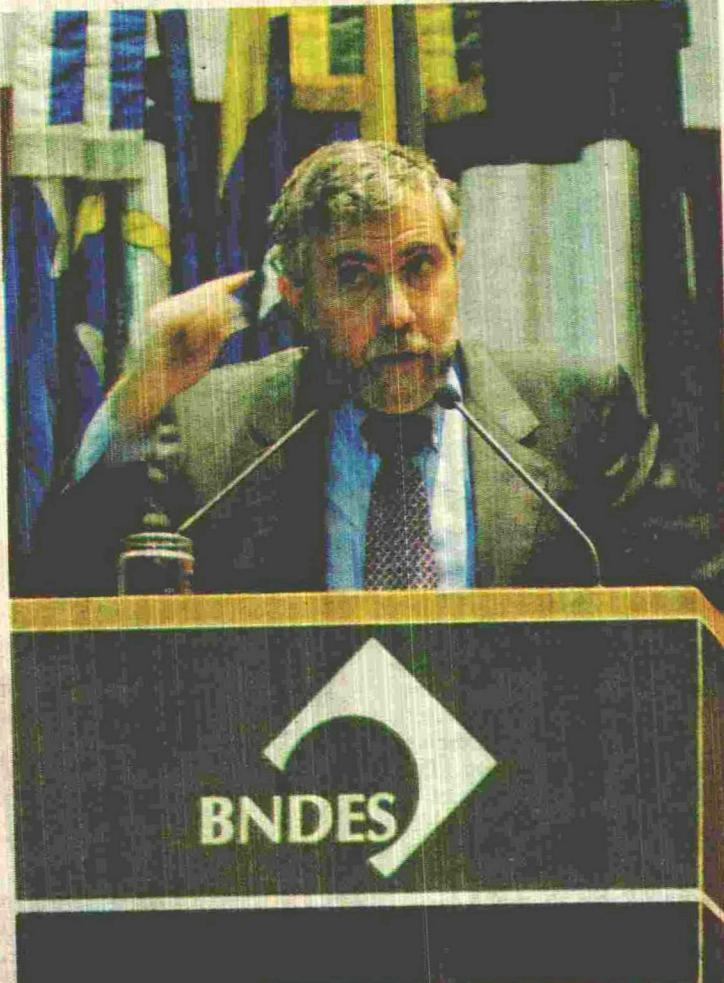
A crise, segundo Krugman, também teve outro elemento importante: o chamado sistema financeiro marrom, baseado no que chama de "criatividade financeira" norte-americana.

– Várias funções bancárias, como empréstimos e hipotecas, foram assumidas por instituições que não eram bancos, e portanto, não eram reguladas – comentou.

Para Krugman, o banco central americano e o Tesouro agiram corretamente ao socorrer players estratégicos do sistema, ainda que não fossem bancos tradicionais. E os cortes nas taxas de juros são vistas pelo economista como necessárias. Mas ele questiona o fato de serem tão elevadas no Brasil.

– Hoje somos todos keynesianos – brinca ele, que comenta o fato de até os economistas conservadores apoiarem as medidas do governo. – O Consenso de Washington foi seriamente afetado com esta crise.

Guilherme Gonçalves



NO BNDES – Krugman estima que crise custe US\$ 8 trilhões

MEMÓRIA JB

Consenso de Washington é uma expressão cunhada por John Williamson para resumir uma série de recomendações de caráter neoliberal, formuladas na década de 1990. Eram defendidas por instituições financeiras baseadas em Washington, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. O receituário foi usado para indicar um ajustamento macroeconômico aos países em desenvolvimento, entre os quais estavam os países da América Latina.

Centrava-se na doutrina da desregulamentação dos mercados, com uma consequente abertura comercial e financeira.

Preconizava, ainda, a redução do tamanho e papel do Estado. Entre as recomendações, estava a disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, a reforma tributária e a desregulamentação da economia, em particular no que dizia respeito à erradicação de várias restrições às instituições financeiras internacionais. Em suma, defendia o afastamento do Estado da economia, a abertura comercial e juros e câmbio flutuantes.